



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero e raça.

AS MULHERES NEGRAS E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO BRASIL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

TALITA TEIXEIRA DE PAIVA¹
ANA PAULA DA SILVA CAMPOS²

Resumo: A formação sócio-histórica, econômica e cultural brasileira legou às mulheres, principalmente as negras, traços de subalternidade que trazem heranças marcadas pela discriminação em várias faces. Considerando essa situação, as mulheres negras buscaram se organizar no movimento negro e nas lutas feministas e, na contemporaneidade, tem construído um conjunto de iniciativas que se materializam no chamado feminismo negro. Sendo assim, este artigo objetiva apresentar, baseado em uma pesquisa bibliográfica, a situação da mulher negra dentro da sociedade brasileira, bem como a emergência de um feminismo negro.

Palavras-chave: feminismo negro; mulheres negras; Brasil.

Abstract: The socio-historical, economic and cultural Brazilian formation bequeathed to the women, mainly the black ones, traces of subalternity that bring heirs marked by the discrimination in several faces. Considering this situation, black women have sought to organize themselves in the black movement, feminist struggles and, in the contemporary times, have built a set of initiatives that materialize in the so-called black feminism. Thus, this article aims to present, based on a bibliographical research, the situation of black women within Brazilian society, as well as the emergence of a black feminism.

Keywords: Feminism; black women; Brazil.

1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica iniciada com a disciplina Classes e Movimentos Sociais II, voltada ao estudo da emergência e surgimento dos movimentos sociais bem como o debate dos novos movimentos sociais no contexto neoliberal.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <talitateixeirajf@yahoo.com.br>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Este trabalho tem como objetivo apresentar brevemente os elementos introdutórios para o enfrentamento do racismo no país levando em conta o recorte de gênero. Desta forma se organiza com uma breve introdução sobre o tema, o contexto da vida da mulher negra na sociedade brasileira, uma breve apresentação dos movimentos negro e feminista, a emergência de um movimento feminista negro, findando nas nossas considerações finais referentes a realização do presente trabalho.

Na sociedade brasileira, o capitalismo, o racismo e o patriarcado se articulam formando um nó ou novelo, conforme aponta Saffiotti (2004; 1987). Apesar de o capitalismo não criar a discriminação racial e nem o sexismo, ele se apropria dessas questões, acirrando as desigualdades na competição por ocupações de vagas de emprego do mercado de trabalho. A permanência da chamada divisão sexual e racial do trabalho, que relega homens e mulheres a um lugar específico no mercado de trabalho, impõe às mulheres a ocupação dos empregos mais precarizados, cujo a qualificação, em muitos casos, é dispensável e a remuneração é menor - vagas essas também destinadas a população negra. Sendo assim, é válido ressaltar que a divisão sexual do trabalho atua na manutenção da desigualdade entre homens e mulheres (CHAVES, 2014).

Como apontado por Malcolm X em suas famosas falas, o capitalismo não pode existir sem o racismo. Tanto o comércio de escravos quanto a escravidão foram constituintes importantes e necessários para a acumulação primitiva e para o desenvolvimento do capitalismo no país. A escravidão levou ao racismo, e este por sua vez se difundiu na sociedade brasileira reprimindo os negros e dividindo a classe trabalhadora (AFONSO, 2015). Essa desigualdade cria uma hierarquia dentro da classe trabalhadora permitindo a burguesia intensificar seus níveis e formas de exploração já que

[...] ao desvalorizar a população negra da classe trabalhadora, a burguesia pode impor a piora de suas condições de vida e dificultar seu acesso ao mercado de trabalho. Assim, ao inferiorizar essa parcela da classe pode pagar menores salários, não conceder ou cortar direitos, manter o exército de reservas e garantir que o Estado se omita diante da garantia dos serviços públicos básicos (saneamento, transporte, Saúde e

Os movimentos sociais atuam no combate a diversas formas de opressão, discriminação e desigualdade, buscando mudanças sociais através de embates políticos. Sua primeira expressão vem a partir da organização dos trabalhadores, no contexto de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista, que trouxe consigo um acirramento da questão social, aumento do pauperismo e da desigualdade. Contexto esse favorável à consciência de classe dos trabalhadores e sua organização, buscando melhorias nas condições de vida e trabalho e igualdade nas relações entre capital e trabalho; fato que levaria ao surgimento das primeiras organizações sindicais dos trabalhadores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A classe trabalhadora é heterogênea e composta pelos mais diversos sujeitos e grupos sociais, com questões e demandas complexas que se apresentam mediadas pelo conjunto das relações sociais (universalidade) e pela dimensão da singularidade dos indivíduos sociais. Dessa forma faz-se então necessário o surgimento de movimentos sociais específicos para cada demanda. Exemplo desses movimentos são o negro e o feminista.

As mulheres negras, duplamente atingidas pelas desigualdades de raça e gênero buscam resistir às diversas violências oriundas de sua condição subalternizada na sociedade. Aliam-se a esses movimentos - negro e feminista, buscando trazer à tona as condições relegadas a seu gênero e raça na sociedade brasileira, se articulando em coletivos como forma de resistência e de enfrentamento político em prol do reconhecimento de suas demandas, conquista de direitos e igualdade, e isso se faz cerne deste trabalho.

2. A MULHER NEGRA NO BRASIL

A situação da mulher negra na sociedade é uma das mais complexas formas de discriminação. Ela se impõe justamente nas condições do novo

gênero-classe e, igualmente, deve considerar outras dimensões como a sexualidade e as características geracionais.

No Brasil, a violação colonial trouxe particularidades às mulheres, principalmente as negras, por isso não se pode falar da condição da mulher negra no país sem antes considerar sua historicidade, sem retornar ao peso que a escravização de negros/as impôs ao país.

De acordo com Collins (2015, p.21) “a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero”. Foi institucionalizada sob profundo caráter patriarcal, em que cada indivíduo da sociedade tinha um papel designado de acordo com sua cor, gênero e classe social. A sexualidade das mulheres brancas era controlada conservando sua castidade para garantir que os bens fossem repassados para os herdeiros legítimos dos senhores de propriedade - brancos e ricos, atuando na manutenção da posse das propriedades dentro de uma mesma família, designando às mulheres brancas privilegiadas, uma espécie de proteção institucional. Essa proteção que abarcava em menor quantidade as mulheres brancas pobres, deixava de fora as mulheres negras, que nesse contexto, assumiram posição de inferioridade referente a sua cor e tinham seu controle de fertilidade como forma de a manutenção e continuidade da mão de obra escrava, já que seus filhos também tinham como destino a escravidão (COLLINS, 2015).

No período colonial estas eram trazidas para o trabalho, tanto doméstico quanto na lavoura, e, além disso, eram obrigadas a “servir” sexualmente os seus senhores, sendo constantemente estupradas e tendo filhos mestiços, relação que seria posteriormente romantizada e usada como base para o mito da democracia racial. Neste período a mulher negra enquanto escrava era tida como propriedade, objeto. Sua utilidade era satisfazer os desejos sexuais de seus senhores, sendo “submetida ao abuso sexual, ao estupro e à humilhações” (SANTOS, 2009, p.3).

No período da escravidão “estuprar uma negra não era crime, e sim um sinal de virilidade do homem branco” (SANTOS, 2009, p.3), cultura que influenciou a visão social sobre o valor da mulher negra, sexualizando seu corpo, estereotipado como mulher destinada apenas a realização sexual dos homens; enquanto as mulheres brancas seriam aquelas adequadas ao casamento, cultura

que permanece e se mostra quando verificado as altas taxas de famílias chefiadas por mulheres solteiras, e em sua maioria negras. Essa cultura trouxe junto consigo uma rejeição à estética e fisionomia das mulheres negras, sendo depreciadas e tendo sua autoestima minada, enquanto se exaltava a beleza branca e as características eurocêntricas que compõem o padrão de beleza aceitável da sociedade brasileira (PEROTONI, 2014, p.9).

Devido ao gênero, a mulher em termos gerais já é desvalorizada no mercado de trabalho, sendo relegadas a funções menos especializadas, trabalhos informais e baixos salários em relação a remuneração para mesma vaga ocupada por um homem; e considerando o fator da raça, a mulher negra é novamente preterida em relação aos seus concorrentes no mercado de trabalho, mesmo com o aumento nos níveis de qualificação; e quando contratada receberá remuneração inferior à recebida pelas mulheres brancas, ocupando a última posição na hierarquia de desigualdade, como apresentada por Cisne (2015,p.28), cujo a ordem é “homem branco, mulher branca, homem negro (e pardo), mulher negra”.

Como mostrado por Trippia e Baracat (2013, p.6), a abolição não equiparou negros e brancos, fato que fez permanecer a dependência econômica da população negra, bem como o estereótipo ligado a sua cor; os postos de trabalho foram ocupados pelos imigrantes europeus, e para os negros a submissão às tarefas de piores remunerações.

Posterior ao período escravagista e a abolição, as mulheres negras eram relegadas a ocupação de trabalhos subalternos, fato que permanece ainda nos dias atuais quando se é verificado que os principais postos de emprego ocupados pelas mulheres negras brasileiras são os relacionados ao trabalho doméstico, informais e de serviços gerais.

Essa diferença na rentabilidade auxilia na manutenção da hierarquia de gênero, perpetuando a submissão da mulher ao homem já culturalmente difundida na sociedade através do patriarcado, contribuindo como base para discriminação e violência. Também é possível considerar que, mesmo com a conquista de alguns direitos igualitários, principalmente os constitucionais, os mesmos são dificultados perante o gênero, já que o patriarcado estabelece que há lugares

específicos para ocupação da mulher e também afetado pelo baixo poder aquisitivo da mulher.

É verificado também que as mulheres negras enfrentam maiores dificuldades na área da saúde e com aumento da violência do que o verificado em relação às mulheres brancas como aponta Santos (2009, p.3) em um dos seus artigos que

O percentual de mulheres negras que não possuem acesso ao exame ginecológico é 10% superior ao número de mulheres brancas; pesquisa de 2004 revela que 44,5% das mulheres negras não tiveram acesso o exame clínico de mamas, contra 27% das mulheres brancas; entre 2000 e 2004, a infecção por HIV/AIDS subiu de 36% para 42,4% entre as mulheres negras, enquanto na população feminina branca, a incidência de casos diminuiu, no mesmo período. Vale salientar, ainda, que as mulheres negras possuem menor acesso à anestesia durante o parto e a esterilização cirúrgica; apresentam menor expectativa de vida se comparada às mulheres brancas; e, 58% dos óbitos de jovens negras por causas externas referem-se a assassinatos.

Nesse contexto de particularidade em relação ao caso da mulher negra, se torna emergente a construção de um feminismo que além de abarcar o combate ao machismo e patriarcado, seja um coletivo classista e de combate à discriminação racial.

As lutas das mulheres negras são visualizadas em suas conquistas, até mesmo no campo político institucional de âmbito internacional. Mas é necessário que se tenha cautela na sua legitimação perante o Estado, para que não caia no elitismo e nem perca suas expressões revolucionárias, radicais e subversivas. A visibilidade da mulher negra, trouxe à elas políticas públicas minimamente garantidoras de seus direitos, como a participação em espaços renomados para discussão e ampliação à essa militância (PRADO; RODRIGUES, 2010).

3. MULHERES NEGRAS NA RESISTÊNCIA AO RACISMO E AO PATRIARCADO

Visando adquirir direitos democráticos como voto, educação, trabalho e até

mesmo pelo direito a métodos contraceptivos, surge o movimento feminista. A militância busca alcançar os mesmos direitos que os homens possuem, pois através de estudos pretendem provar que ambos possuem o mesmo poder cognitivos para a realização de tarefas.

O movimento teve suas primeiras expressões durante a Revolução Francesa, impulsionado pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, reivindicando direitos civis e políticos iguais à todos e a todas. Essa resistência feminina ameaçava a sociedade burguesa nascente do processo revolucionário, que atuou reprimindo a organização das mulheres, justificando a limitação dos seus direitos e participação política devido à não contribuição ativa no funcionamento público, e reafirmando a hierarquia familiar baseada no homem como chefe da família e esta como base constituída da organização social, reforçando assim o patriarcado (GURGEL, 2010, p.1-2).

O direito das mulheres ao voto só foi alcançado no Brasil em 1946, mas ainda hoje existem muitos países onde a mulher ainda não tem esse direito. Há países também onde as mulheres são condicionadas a casamento de acordo com a vontade dos pais e familiares mesmo sendo ainda muito jovens, recém saídas da infância, algumas vezes tratadas como moedas de trocas em acordo comerciais, e sendo condicionadas a práticas de mutilação e submissão sexual de acordo com a cultura nacional fomentada no machismo e patriarcado.

São contra essas formas de opressão, que o Movimento Feminista vem lutar, pois a mulher de fato existe, e ao contrário do que muitos pensam, o movimento não almeja a superioridade da mulher em relação ao homem, mas sim colocá-los no mesmo patamar de igualdade, para que assim acabe a discriminação de gênero e se alcance a igualdade entre os sexos.

A violação colonial sofrida no país trouxe particularidades às mulheres, principalmente as negras, que trazem como herança desse período histórico as marcas da discriminação em várias faces: gênero, raça e classe. Considerando essa particularidade, se faz emergente um feminismo que alie o combate ao machismo e ao patriarcado articulado ao combate ao racismo e às questões de classe (REVISTA FÓRUM, 2017).

O movimento negro advém historicamente após a conquista da abolição e da proclamação da república no país, onde os negros foram liberados sem nenhum tipo de ganho, nem simbólicos nem materiais, além de serem marginalizados perante a sociedade. A partir desse momento suas principais reivindicações na época giravam em torno da luta contra a discriminação e o racismo, a defesa de sua cultura e história.

Ainda nessa primeira fase do movimento negro brasileiro, em 1931, é fundada a Frente Negra Brasileira (FNB), uma das organizações negras mais importantes do país, conseguindo atrair milhares de 'pessoas de cor' e transformando o movimento negro do Brasil em um movimento de massa, onde as mulheres não tinham apenas presença simbólica, mas ativa dentro da organização.

Apesar de enfrentar grande repressão no período de vigência da ditadura militar, após esse período houve o ascenso do movimento negro, junto com outros movimentos sociais porém com surgimentos de organizações mais fragmentadas e sem tantos envoltimentos políticos, que só retorna a cena em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), influenciado externamente por Martin Luther King e Malcom X, organizações negras marxistas tais como os Panteras Negras e que lutavam a favor dos direitos civis dos negros nos EUA; e internamente por orientações marxistas e trotskistas, em que entendiam que a luta antirracista não podia ser desvinculada da luta revolucionária anticapitalista, de acordo com a concepção de que o capitalismo se alimenta e se beneficia do racismo, e que apenas com a queda desse sistema seria possível o fim da discriminação racial (DOMINGUES,2017,p.112).

Portanto a causa negra, apesar da extrema relevância significativa dentro da sociedade, não abarcava todas as causas das mulheres, ao mesmo ponto que a luta pela igualdade dos gêneros também não atendia de forma totalitária às mulheres negras, visto que, essas sofrem - como já citado anteriormente - uma discriminação de duas faces. É na expansão dessas desigualdades, e na luta por uma sociedade um tanto mais igualitária que surge o movimento feminista negro, alavancando como centro, a igualdade da mulher negra, como cidadã.

5. O FEMINISMO NEGRO

Em resposta a essa desigualdade sofrida pelas negras não somente na sociedade, mas também dentro do próprio movimento feminista; onde a universalização da cultura ocidental, omitindo a centralidade da questão racial nas relações hierárquicas de gênero, bem como as relações de dominação e exploração de não-brancos pelos brancos (BAIRROS, 2000 *apud* CARNEIRO, 2003, p.120) tornou emergente o surgimento do movimento feminista negro.

Esse movimento tem sua particularidade enraizada justamente no peso da herança da escravidão sofrida por suas anciãs e da discriminação que resultou na posição subalterna da população negra e que articulada às desigualdades de gênero, torna ainda mais subalterna a posição da mulher negra na sociedade. Há então além da busca incessante das militantes do movimento pela igualdade entre os gêneros, a busca pela superação das desigualdades raciais instituindo no ideário feminista “um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres” (CARNEIRO, 2003, p.121).

Dessa forma as demandas das mulheres negras em suas particularidades passam a ser representadas, o que outrora não se realizava plenamente nos movimentos feminista e negro, incorrendo numa organização coletiva que busca um combate contra hegemônico de superação da perpetuação de sua condição subalterna, o que constitui um dos principais desafios desse movimento (MACHADO, 2017).

Ou seja, a luta do movimento feminista é grande. Reivindica igualdade de salários e direitos, oportunidades iguais para homens e mulheres, reconhecendo que ambos têm as mesmas capacidades físicas e mentais para o desempenho das diversas funções. Porém a militância do feminismo negro é mais ampla, pois as mulheres negras necessitam ser vistas, enxergadas de fato como parcela quantitativa e altamente atuante (ARRAES, 2014). Elas precisam ter voz ativa,

precisam ser ouvidas em suas necessidades e particularidades.

O fortalecimento da participação das mulheres negras abre caminho ao reconhecimento da ampla diversidade da composição das mulheres no movimento feminista trazendo à tona além da questão étnico-racial, as questões regionais, socioculturais e econômicas, acolhendo também as demandas particulares dos mais diversos segmentos de mulheres.

Essa articulação coletiva propiciou e ainda propicia imensas conquistas para a população feminina e negra. No entanto, essas conquistas são limitadas ou ampliadas de acordo com o projeto hegemônico em vigor em determinado contexto, e que muitas vezes, sendo representante da classe dominante e tensionado por ela, realiza cortes e precariza direitos outrora coletivamente conquistados, atuando na perpetuação da subalternidade das minorias.

Nesse contexto o movimento feminista negro passa a objetivar uma transformação societária mais profunda, buscando a democracia, a conquista de espaços políticos e a plena igualdade entre os indivíduos, o que é possível, de acordo com Gramsci a partir da multiplicação de aparelhos privados de hegemonia, o que se realiza cada vez mais no contexto neoliberal, através de ONG's como espaço de formação e captação de recursos, o que no entanto, algumas vezes, pode retirar o carácter autônomo de determinadas organizações (MACHADO, 2017, p.8-9).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base a pesquisa bibliográfica realizada para a construção desse artigo, podemos concluir que as mulheres negras apresentam uma demanda diferente dentro da sociedade e é por tal motivo que se faz necessário um feminismo voltado para as questões específicas delas. Pois de fato, nem o movimento negro e nem o movimento feminista por si só, atuando de formas discriminadas conseguem atender a essas demandas.

É visto que, a iniciativa neoliberal, vem de certa forma atrapalhar os

movimentos sociais, tirando o foco e o sentido da coletividade e de combate ao capitalismo, fazendo com que os movimentos sociais se voltem aos objetivos específicos de cada grupo. A liberdade da mulher vem colidindo com o neoliberalismo, e isso faz com que ideias feministas que eram de aceitação mundial estejam se deslocando para lacunas individualistas. Isso demonstra que toda luta feminista se enraizou a duas possibilidades: a união da democracia social para a igualdade de gêneros; e o neoliberalismo garantidor de avanços meritocráticos porém com autonomia individual.

Djalma Ribeiro, pesquisadora na área de filosofia política e feminista ressalta que: “Nenhuma mulher pode considerar-se moderna enquanto persistirem as desigualdades” (2017, s/p).

As desigualdades são gritantes entre mulheres brancas e mulheres negras, porém através do Feminismo Negro, hoje elas possuem mais espaço e visibilidade inclusive nos meios de comunicação. A união dessas mulheres em coletivos fortalece sua luta, amplia seus espaços de participação na sociedade e traz à tona a emergência de ações voltadas à associação da luta de classes, combate ao machismo e racismo, já que a situação da mulher negra na sociedade brasileira, assim como na sociedade mundial, perpassa pelas mais variadas formas de discriminação. Porém as lutas não são em vão, pois através delas, conquistaram o direito à educação, e cada vez mais investem no seu crescimento cultural e intelectual. Com isso existem alguns cargos de alto padrão ocupados por mulheres negras.

A conquista desses diversos espaços se faz importante na difusão do reconhecimento da condição de submissão à que as mulheres são submetidas, assim como à peculiaridade disso na vidas das mulheres negras, e a necessidade de luta em prol da igualdade e repúdio ao racismo. Na contemporaneidade já é possível se ver cada dia mais a presença de atrizes, apresentadoras e jornalistas negras nos grandes canais de televisão, em novelas, propagandas e etc; na cena musical surgem mulheres nos mais diversos estilos musicais com letras exaltando a liberdade da mulher em poder ter atitudes similares à dos homens sem serem moralmente julgada por isso, estimulando o amor próprio, o empoderamento e o

reconhecimento de sua própria beleza.

O empoderamento da beleza negra também é cotidianamente notado pelo crescimento de mulheres adeptas à 'transição capilar' - processo em que rejeitam o uso de produtos químicos para mudança de sua textura capilar, e retornam a textura natural de seus cabelos, com diversos tipos de cachos e crespos. Nessa perspectiva pode se considerar que uma nova geração de meninas negras não tenham que passar pela violência de seus corpos em busca de uma beleza eurocentrada.

No entanto, não podemos deixar de considerar que o capital se apropria de toda essa luta em prol dos seus interesses. Atendendo parte da demanda nos movimentos sociais, produz lucro com isso e atua de forma com que as reivindicações sejam tratadas superficialmente, sem que se atue na gênese e causa real da discriminação racial e do patriarcado, já que - como dito anteriormente - o sistema capitalista se apropria dessa condição de desigualdade para atender seus interesses de produção e acumulação. Um breve exemplo é o crescimento da indústria cosmética na confecção de produtos e estímulo a 'aceitação' dos cabelos crespos e cacheados. Apesar de ser um estímulo positivo e atender a necessidade das mulheres com esses produtos, não podemos deixar de observar o interesse capitalista por trás dessas ações.

Não poderíamos finalizar esse artigo sem falar do papel do Serviço Social no combate à violência contra as mulheres, pois os/as assistentes sociais são de suma importância para alavancar a luta contra qualquer tipo de discriminação e opressão, seja o machismo, racismo ou xenofobia.

Ao Serviço Social, como profissão de pensamento crítico e de visão totalitária sobre a realidade, e que busca a superação das desigualdades, discriminação e violência, se faz necessário que os profissionais aproximem-se das contribuições dos estudos de gênero, e que no cotidiano das práticas possam incorporar reflexões teóricas que iluminem as demandas que surgem no exercício profissional (LISBOA, 2010, p.73) incluindo também as questões de raça e sexualidade.

A dificuldade em aceitar a igualdade da mulher, advém de séculos vividos

em uma sociedade patriarcal, juntamente com ideário da inferioridade da população negra, incorrendo na falta de políticas públicas que possam favorecer os assistentes sociais a prestar assistência à essas mulheres. Logo, cabe aos assistentes sociais em seu compromisso ético-político, fortalecer as lutas junto às minorias, buscando a conquista de espaços para suas reivindicações e direitos, visando a emancipação humana, a construção de uma nova ordem societária com superação das relações de submissão de gênero, raça/etnia e classe indo contrário a qualquer forma de discriminação, opressão e violência (QUEIROZ; DINIZ, 2014).

Importante lembrar que desde 2003, existe a marcha dá visibilidade negra, e desde 2015, acontece a Marcha das Mulheres Negras que significam marcos para o movimento, onde as mulheres se expressam na busca incessante por seus direitos e pelo fim da barbárie que ocorre com o crescente genocídio da juventude negra, e da exploração sexual da mulher. Movimentos como esses são de grande expressão em uma sociedade onde insiste em se pautar como certo o homem branco heterossexual, negando as diversidades do país e a universalização de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ACONTECE hoje a 14ª Marcha da Consciência Negra em São Paulo. **Revista Fórum**, nov.2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/11/20/acontece-hoje-14a-marcha-da-consciencia-negra-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

AFONSO, Daniel. Escravidão, racismo e capitalismo. **Esquerda Diário**, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Escravidao-racismo-e-capitalismo>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ALVES, Meire Viana. O Movimento da Mulher Negra Brasileira: História Tendência e Dilemas Contemporâneos. Geledés: instituto da mulher negra. Março de 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-e-dilemas-contemporaneos/>>. Acesso em 16/11/2017.

ARRAES, Jarid. Feminismo Negro: sobre minorias dentro da minoria. **Revista Fórum**. Fevereiro de 2014. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias>>

dentro-da-minoria/>. Acesso em: 21/11/2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer O Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Março de 2011. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf>. Acesso em: 14/11/2017.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, São Paulo, Set/Dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 06/07/2018.

CHAVE, Marjorie. Sociedade Capitalista, Racismo e Sexismo: a importância da auto crítica feminista. **Blogueiras Negras**, Jun. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2014/06/16/sociedade-capitalista-racismo-e-sexismo-a-importancia-da-autocritica-feminista/>>. Acesso em 14/11/2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Em Direção A Uma Nova Visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.[Originalmente publicado em 1989].

DINIZ, Maria Ildiana; QUEIROZ, Fernanda Marques. Serviço Social, Lutas Feministas E Violência Contra A Mulher. **Rev. Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6437/6143>>. Acesso em 30/06/2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. 3.ed.- São Paulo : Cortez, 2011.

ESPAÇO SOCIALISTA. Capitalismo e a Necessidade do Racismo. Agosto de 2014. Disponível em <<http://espacosocialista.org/portal/2014/08/capitalismo-e-a-necessidade-do-racismo/>>. Acesso em 17/11/2017.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Marcha, por que Marchamos? Marchamos Contra o Racismo e a Intolerância Religiosa! Disponível em <<https://wsf2018.org/atividades/marcha-porque-marchamos-marchamos-contra-o-racismo-e-intolerancia-religiosa/>>. Acesso em 03/07/2018.

GURGEL, Telma. Feminismo e Lutas de Classe: História, movimento e desafios teórico-político do feminismo na contemporaneidade. Agosto de 2010. Disponível em

<<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>>. Acesso em 11/11/2017.

IRACI, Nilza. **Mulheres Negras nas ruas**. Ouçam nossas vozes! . Geledés: Instituto da Mulher Negra. Novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nas-ruas-oucam-nossas-vozes/>>. Acesso em: 16/11/2017.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08>>. Acesso em 01/07/2018.

MACHADO, Bárbara Araújo. Pensando A Formação Do Movimento De Mulheres Negras No Brasil Através Do Conceito De Estado Ampliado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS (**Anais Eletrônicos**). Florianópolis, 2017. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499378611_ARQ_UIVO_ArtigoFG2017.pdf>. Acesso em 06/07/2018.

PEROTONI, Cleonice. Eu uso chapinha: o que há por trás disso?. In: CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES, 2., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, ago. 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/viewFile/9513/6518>>. Acesso em 16/11/2017.

RIBEIRO, Djamila. O que é o empoderamento feminino? . **Carta Capital**, Setembro de 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/971/o-que-e-o-empoderamento-feminino>>. Acesso em 21/11/2017.

RODRIGUES, C. S; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, [online]. 2010, vol.22, n.3, pp.445-456. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 06/07/2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira . **Revista África e Africanidades** – Ano 2 - n. 5 – Maio de 2009. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf>. Acesso em 11/11/2017.

TRIPPPIA, Luciane Maria; BARACAT, Eduardo Milleo. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas. **Revista eletrônica [do]**

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Curitiba, PR, v. 3, n. 32, p. 26-38, jul./ago. 2014. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/94254>>. Acesso em 14/11/2017.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro No Brasil Hoje.** São Paulo: Moderna, 1994.